

**Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres  
do Assentamento Lagoa do Serrote II**

**The PAA and PNAE programs and their effects on a group of women  
from the settlement Lagoa do Serrote II**

**Luiz Sérgio Lopes Santana**

luizsergiolopes@hotmail.com

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

**Filipe Augusto Xavier Lima**

filipeaxlima@hotmail.com

Professor Adjunto na área de Extensão e Desenvolvimento Rural, vinculado ao Departamento de Economia Agrícola (DEA) do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Recebido em: 20/02/2018  
Aprovado em: 11/04/2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão  
Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.1 | JAN.-JUN.2018

## RESUMO

Este trabalho investiga como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribuem para as estratégias de desenvolvimento rural da agricultura familiar. Para isso, tomou-se como referência a experiência de comercialização da produção de um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir), localizado no município de Ocara, estado do Ceará. Nesse estudo de caso delineado, foram feitas entrevistas com as mulheres representantes das famílias agricultoras. Os dados analisados demonstram as potencialidades da experiência, os tipos de dificuldades e as vantagens identificadas a partir do acesso aos programas. A pesquisa demonstra também as principais mudanças em suas unidades de produção e de que forma algumas instituições contribuem nesse processo.

**Palavras-Chave:** Agricultura familiar; Comercialização; Políticas públicas; Mulheres agricultoras.

## ABSTRACT

This work investigates how the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) contribute to the strategies of rural development of family farming. For this, the experience of commercialization of the production of a group of women of the Settlement Lagoa do Serrote II (Denir), located in the municipality of Ocara, state of Ceará, was taken as reference. In this case study, interviews were conducted with the women representatives of the farming families. The data analyzed demonstrate the potential of the experience, the types of difficulties and the advantages identified by the access to the programs. The research also shows the main changes in its production units and how some institutions contribute to this process.

**Keywords:** Family farming; Commercialization; Public policy; Women farmers.

## Introdução

A falta de mercados consolidados ou de seu acesso para a comercialização dos produtos agrícolas pode ser um dos fatores limitantes para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar, devido à concorrência dos grandes produtores no que tange ao escoamento da produção. Sem opções ou mercados alternativos, é comum o agricultor familiar depender da figura do atravessador para comercializar sua produção, o que reduz significativamente a sua possibilidade de lucros.

Problemas como esses têm levado o poder público a buscar iniciativas para apoiar e viabilizar a comercialização por parte dos agricultores familiares. Recentemente, iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), combinado com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), têm possibilitado a inserção dos agricultores familiares nos chamados mercados institucionais, tentando combater a pobreza e a miséria no campo e alavancar o desenvolvimento rural.

O PAA e o PNAE promovem a capacidade da agricultura familiar de fornecer alimentos diversificados e de qualidade, garantindo a comercialização da produção em quantidades e periodicidades previamente negociadas, estimulando o aumento da circulação de riquezas no âmbito local e em sua estruturação cada vez mais profissional. Ademais, possibilitam a incorporação de produtos orgânicos/agroecológicos na alimentação escolar, disseminando sistemas de produção de menor impacto ambiental (MDA, 2017).

Este artigo apresenta uma realidade particular que pode ser um exemplo dessas possibilidades permitidas por essas políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro. Trata-se da experiência de comercialização vivenciada por um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir), localizado no município de Ocara, estado do Ceará. Essas mulheres agricultoras e suas famílias vêm acessando esses programas governamentais desde o ano de 2013.

O assentamento tem um total de 30 famílias e, atualmente, cerca de oito comercializam seus produtos por meio do PAA e do PNAE. Essas famílias fazem parte da Associação dos Assentados e Assentadas do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir) (AAAD), cujo objetivo é lutar pela garantia dos direitos sociais do assentamento.

Além disso, é importante ressaltar que as famílias do assentamento vêm participando de um processo de transição agroecológica, motivado por estímulos de instituições e organizações locais, que incentivam o abastecimento a partir da agricultura sustentável, o que pode agregar ainda mais na renda dos produtores, por meio das chamadas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tendo em vista que pode haver um acréscimo de até 30% no valor dos produtos orgânicos/agroecológicos, quando comparado ao dos produtos convencionais.

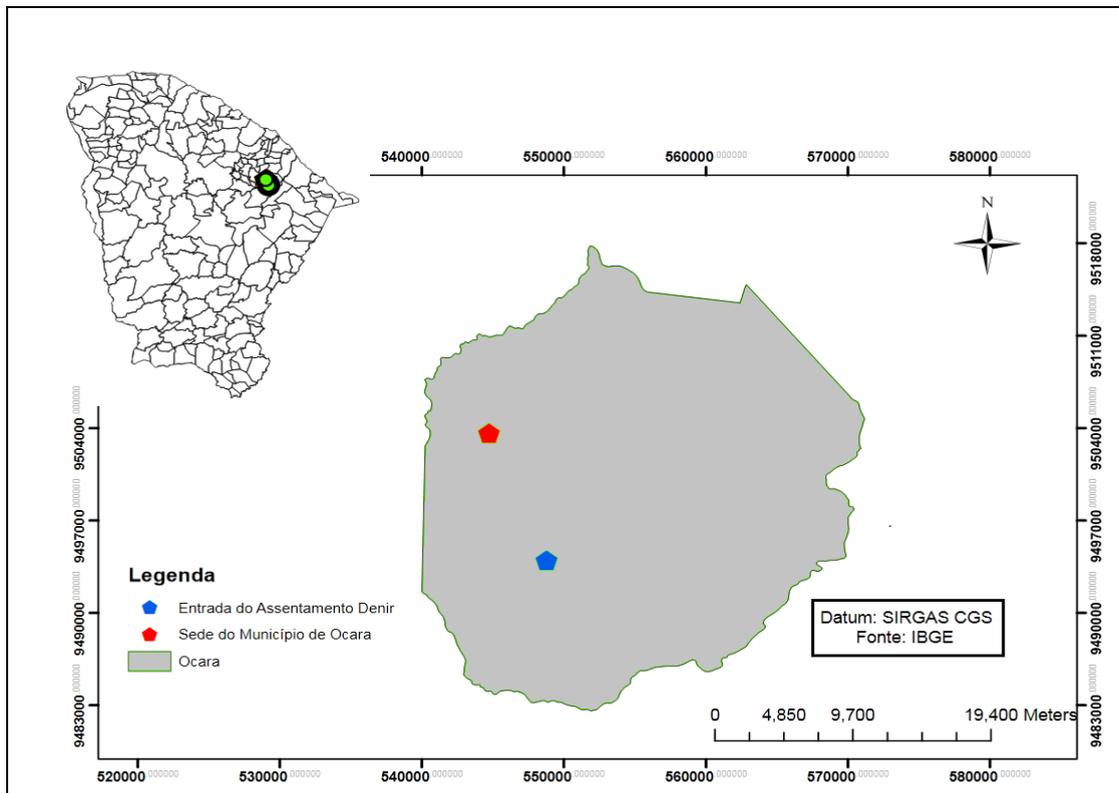
Assim, dentro desse contexto, emergem as seguintes questões que norteiam esta pesquisa: de que maneira o PAA e o PNAE vêm contribuindo para as estratégias de desenvolvimento rural da agricultura familiar, e quais as implicações desses programas na vida das famílias do assentamento que os acessam? O objetivo geral é investigar como o PAA e o PNAE contribuem para o desenvolvimento rural, tendo como referência a experiência de comercialização da produção do grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir).

A importância deste trabalho está na possibilidade de compreender como vem sendo construídas as experiências de desenvolvimento rural em diferentes contextos, por meio de políticas públicas específicas voltadas para os agricultores familiares. Acredita-se também, que o estudo pode trazer elementos significativos que podem auxiliar, inclusive, na construção de futuras estratégias pelo grupo de famílias envolvidas na comercialização via programas governamentais, como a inclusão e o escoamento de produtos orgânicos/agroecológicos, a partir da transição agroecológica em curso na realidade.

## **Metodologia**

Na tentativa de investigar como o PAA e o PNAE contribuem para as estratégias de desenvolvimento rural da agricultura familiar, tomou-se como referência empírica a experiência de comercialização da produção do grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir). Esse assentamento fica situado a uma distância de 16 km da sede do município de Ocara, estado do Ceará (Figura 1).

Figura 1: Localização do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir)



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

O assentamento em questão é fruto da luta coletiva de famílias que trabalhavam e residiam na Fazenda Lagoa do Serrote II, e que, em decorrência de um longo período de estiagem associado à morte do antigo proprietário, tiveram um declínio nas suas produções agrícolas. No decorrer dos anos, com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), as famílias passaram a se reunir e se organizar, de modo que, em 1999, realizaram a ocupação da fazenda, com o intuito de desapropriá-la.

Nessa conjuntura, no ano de 2000, ocorreu um conflito armado que culminou na morte do agricultor Aldenir, triste episódio que levou a comunidade a homenageá-lo, incorporando ao nome do futuro assentamento o seu apelido, Denir. Com a pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concedeu a imissão de posse às famílias acampadas na área, que possui um total de 843,46 hectares.

Atualmente, permanecem no assentamento trinta famílias concentradas na agrovila, onde cada uma dispõe de uma casa com duas cisternas, além de quintais

produtivos de 1800 m<sup>2</sup>, aproximadamente. Nesses espaços, ocorre a criação de animais, como aves e suínos, e também o cultivo de plantas medicinais, hortaliças e frutíferas. Cada família conta ainda com um espaço destinado ao cultivo de sequeiro, e o assentamento possui uma área de pastagem coletiva. As famílias assentadas são abastecidas por um poço profundo, e a localidade conta com três açudes, embora eles permaneçam secos durante os longos períodos de estiagem.

Feita essa breve apresentação da região em estudo, o presente trabalho apresenta uma pesquisa de enfoque qualitativo, já que se “preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (FONSECA, 2002, p. 20). Para tanto, delineou-se um estudo de caso específico realizado no Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir).

De acordo com Gil (2009), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa de objetivo unitário com o propósito de formular hipóteses a partir da exploração de uma realidade “cujos limites não estão bem definidos e que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos” (GIL, 2009, p. 54). Esse autor também recomenda que se utilizem procedimentos diversos, pois isso seria fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos na pesquisa.

Frente a isso, buscou-se complementar a técnica do estudo de caso com o levantamento de dados secundários, abordados em livros, artigos, revistas, entre outros, com o objetivo de adquirir fundamentos teóricos sobre as principais temáticas incorporadas a este trabalho. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que, durante a pesquisa de campo, também foram incorporados elementos da pesquisa participante, na medida em que a imersão do pesquisador na realidade se deu por meio de vivências, trocas de experiências e reflexão conjunta com os próprios assentados acerca da situação a ser investigada.

Para execução da pesquisa de campo, dividiu-se a estrutura metodológica em etapas complementares: visitas às famílias assentadas que acessam os programas PAA e PNAE, realização de entrevistas com as representantes dessas famílias e análise dos dados obtidos. Na primeira etapa, as entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2017, com base em um roteiro semiestruturado, de forma que pudesse contemplar os objetivos propostos neste trabalho.

As representantes das famílias responderam todas as questões, sendo suas respostas gravadas para análises posteriores. Ao todo, foram entrevistadas seis representantes de um universo de oito famílias que atendem às chamadas do PAA, sendo que sete delas atendem também às chamadas do PNAE. As informantes foram identificadas a partir de um código com letras e números, a fim de garantir o seu anonimato. Seus discursos foram conservados na íntegra, com o objetivo de preservar as percepções dessas mulheres e de suas famílias em torno de um fenômeno em curso.

Por fim, na fase da análise de dados, realizada após o levantamento das informações no campo, seguiu-se os ensinamentos de Gil (2009, p. 141), que afirma que “o mais importante na análise e interpretação de dados no estudo de caso é a preservação da totalidade da unidade social”. Dito isso, os resultados da pesquisa de campo serão apresentados e discutidos na seção a seguir.

## **Resultados e discussão**

### **PAA e PNAE: breves considerações sobre os programas**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram criados no intuito de alavancar o desenvolvimento da agricultura familiar local e contribuem para o combate da pobreza e da miséria no campo.

O PAA é regularizado pela Lei de nº 10.696, de julho de 2003, e constitui uma política pública desenvolvida para incentivar a agricultura familiar, além de promover a inclusão social no campo, na tentativa de garantir alimento às populações em situação ou não de insegurança alimentar, através da compra da produção familiar (BRASIL, 2003).

Além disso, se soma às demais ações estruturantes do Programa Fome Zero, visando à geração da estabilidade financeira das atividades socioeconômicas da agricultura familiar. Para o Governo Federal, o fato de se realizar compras da produção familiar garante preços justos e renda aos agricultores e facilita o processo de doação de alimentos (MDA, 2017).

O programa é gerenciado por um comitê de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Sua operacionalização é realizada pela Companhia Nacional de

Abastecimento (Conab) e pelo próprio MDS, em parceria com os Municípios e Estados. Ademais, é implantado, principalmente, a partir das seguintes modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea e Incentivo à Produção de Leite.

Para cada uma dessas modalidades do programa, há uma forma de acesso e um valor limite de compra pelo governo, como descrito no Quadro 1 seguinte.

Quadro 1: Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de Acesso	Limite por unidade familiar
Compra Direta da Agricultura Familiar	Individual ou Organizações (Cooperativas/Associações)	R\$8.000/ano
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Individual ou Organizações (Cooperativas/Associações)	R\$8.000/ano
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$6.500/ano
	Organizações (Cooperativas/Associações)	R\$8.000/ano
Incentivo à Produção de Leite	Individual ou Organizações (Cooperativas/Associações)	R\$4.000/ano

Fonte: MDS/SAF (2017).

No município de Ocara, estado do Ceará, a modalidade implantada é a Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, na qual a prefeitura, em conjunto com a Conab, adquire os produtos da agricultura familiar, através de 27 fornecedores, para abastecer algumas entidades, quais sejam: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Apoio Psicossocial (CAP), duas escolas municipais, o Hospital Municipal de Ocara e a Cadeia Pública de Ocara (PREFEITURA MUNICIPAL DE OCARA, 2017).

De modo geral, Delgado, Conceição e Oliveira (2005) defendem que o PAA contribui para a circulação de dinheiro na economia local, o que traz benefícios para o desenvolvimento das comunidades, além de estimular uma exploração mais racional do espaço rural, com incentivos à diversidade e à preservação da cultura alimentar regional. Os autores sublinham que há um forte apoio à produção voltada para o autoconsumo, o

que é importante para a segurança alimentar, assim como o incentivo para a produção de excedente voltado para comercialização.

No que se refere particularmente ao PNAE, trata-se de um programa ligado à própria origem da história da alimentação escolar no Brasil. No cerne dessa discussão, em 1940, foi criado o Instituto Nacional de Nutrição, que defendia a proposta de oferecer alimentação na escola.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (2008, p. 26), embora não tenha sido possível a sua implantação no início, a partir dos anos 1950, foi assinado o Decreto nº 37.106, de 1955, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação, fortalecendo a merenda escolar no Brasil. Foi somente em 1979 que a iniciativa passou a se denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com a promulgação da Constituição de 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar. Anos mais tarde, a partir da Lei nº 11.947, de 2009, se determinou que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar brasileira deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL/FNDE, 2015, p.4).

O FNDE (2008) aponta que os principais objetivos do PNAE são atender as necessidades nutricionais dos alunos; contribuir para a promoção de hábitos alimentares saudáveis; e dinamizar a economia local, contribuindo para a geração de emprego e renda. Já o MDA, enfatiza que o PNAE proporciona para a agricultura familiar a capacidade de produzir e fornecer alimentos diversificados e de qualidade; a sensibilização crescente por parte das prefeituras sobre a necessidade de se apoiar o PNAE enquanto uma ferramenta de desenvolvimento regional; a conscientização crescente da sociedade para a necessidade de hábitos alimentares saudáveis; e a preservação das tradições alimentares locais e de uma produção com baixo impacto ambiental (MDA, 2017).

Tanto no PAA como no PNAE, os agricultores familiares com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) estão aptos a fornecerem alimentos para os programas, seja de

forma individual (DAP física) seja organizada em grupos informais (DAP jurídica). Por sua vez, os relatos sobre o acesso, fornecidos pelas agricultoras do assentamento Denir serão discutidos a seguir.

### **Acesso aos programas**

A maioria das famílias entrevistadas acessam os programas PAA e PNAE desde 2013 e 2014, com exceção de uma das entrevistadas, que passou a se inserir em ambos a partir de 2015.

A agricultora A1 foi a primeira a acessar o PAA no município de Ocara. Ela comenta que conheceu o programa através de um seminário sobre agricultura familiar que ocorreu em Fortaleza no ano de 2008 e, ao ser questionada como foi o seu ingresso nos programas, relatou:

[...] Eu fui a primeira a começar a acessar aqui no município de Ocara, entrei em contato com o secretário de agricultura do município. Daí ele me informou que era necessário a DAP, logo fui ao Incra e fiz. Iniciei em 2008 vendendo jerimum e macaxeira, mas as escolas tinham muitas dificuldades de aceitar, diziam que as crianças estavam acostumadas a comerem em casa e que não estavam acostumadas a comer na escola. Mas, com os interesses políticos do prefeito da época, que queria que a renda da agricultura familiar ficasse no município, se decidiu apoiar com mais força os programas. Daí continuei até 2009 vendendo sozinha e quando eu vi que o dinheiro entrava direitinho e tudo dava certo, então resolvi criar os grupos de produção. (A1, 2017).

Segundo a agricultora A3 (2017), a inserção nos programas foi marcada pela formação do Grupo Mulheres em Ação<sup>1</sup>, que contava com 15 mulheres do assentamento, que passaram a acessar, a princípio, o PAA. A3 (2017) acrescenta que as motivações para a formação do grupo foram de ordem produtiva, social e, acima de tudo, econômica. O acesso ao PNAE se deu em 2013, quando as mesmas agricultoras resolveram tentar a inclusão no programa por meio da DAP individual, como afirma A2 em suas palavras:

A gente acessava na época R\$ 2.000,00 do PAA e R\$ 3.000,00 do PNAE por família, e cada DAP dava o direito da família vender R\$ 5.000,00 por ano, era o que era garantido. Hoje somos oito que acessam ao PAA e sete que acessam o PNAE. A prefeitura sempre

---

<sup>1</sup> Grupo produtivo organizado pelas mulheres do assentamento Denir que realizam atividades coletivas de produção, transformação e comercialização dos produtos.

incentivando e através da A1 o nosso grupo passou produzir mais, até o município ultrapassar os 30%. (A2, 2017).

Com o êxito inicial no fornecimento de alimentos ao PAA e ao PNAE, as integrantes do Grupo Mulheres em Ação resolveram, em 2012, reconstruir, em conjunto com os demais assentados, a Associação dos Assentados e Assentadas do Assentamento Denir (AAAD), a qual foi filiada à Central de Cooperativas da Copacaju, pertencente a outro assentamento do mesmo município. Logo após, em 2013, construíram sua própria cooperativa, a Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara (Cooaf), em parceria com agricultores de outras comunidades do município, para poderem acessar os programas por meio da DAP jurídica, visto que as limitações das modalidades do PAA não permitiam que as agricultoras do assentamento Denir fornecessem mais alimentos com suas DAPs individuais.

Isso reforça o importante papel atribuído aos programas no que diz respeito ao incentivo e fortalecimento do associativismo e cooperativismo agrícola. Somente para ilustrar essa importância, a Conab situa que, de 2009 a 2015, participaram do PAA mais de 4,5 mil organizações fornecedoras, entre associações e cooperativas (CONAB, 2008).

O incentivo por parte da prefeitura do município de Ocara ficou evidente em todos os relatos das agricultoras entrevistadas, seja pela garantia da organização do recebimento da produção, seja pelo fornecimento de cursos de capacitações técnicas voltadas principalmente para o beneficiamento de alguns produtos.

No ano de 2012, foi inaugurada a Central de Distribuição do Programa de Aquisição de Alimentos na sede de Ocara, com a intenção de realizar o escoamento da produção advinda dos fornecedores ligados ao PAA e ao PNAE em todo o município, o que, na opinião de A1 (2017), facilitou bastante o processo de saída de produtos.

Outros incentivos foram também relatados pelas agricultoras ouvidas. Parte dos estímulos veio de instituições não vinculadas ao poder público que marcaram a trajetória do acesso ao PAA e ao PNAE no assentamento, como descrito no tópico adiante.

### **Instituições envolvidas na experiência**

No início do acesso ao programa por parte das agricultoras do Assentamento Denir, existiu a colaboração de algumas instituições/organizações parceiras, a começar pelo acompanhamento recebido durante quatro anos do Projeto A Força da Mulher,

através da iniciativa do Centro de Estudos, Articulação e Referências sobre Assentamentos Humanos (Cearah). Esse projeto buscou, além de promover a capacitação das mulheres envolvidas, contribuir para o fortalecimento político e econômico do grupo.

Segundo A2 (2017), o projeto foi de extrema importância, pois, além das capacitações citadas anteriormente, a iniciativa concedeu também materiais necessários para iniciar e organizar a produção de bolos e tapioca que as próprias agricultoras do Grupo Mulheres em Ação forneciam ao PAA.

[...] O Força da Mulher ajudou muito no início com o fornecimento do forno e liquidificador industrial, e também as chapas. E ajudou a organizar o grupo que antes atendia individualmente e depois passou a ser mais coletivo. Foi uma ajuda também com formações sobre manipulações, o que a gente não praticava, passamos a praticar. (A2, 2017).

Além disso, o projeto A Força da Mulher contribuiu para a elaboração da proposta das agricultoras do Assentamento Denir de criar o Fundo Rotativo Solidário<sup>2</sup>, constituído inicialmente com os bens doados (fogão industrial, liquidificador industrial, chapas de ferro para assar etc.), a fim de possibilitar a autonomia e a autoconfiança dessas agricultoras e estimular a solidariedade entre o grupo.

Para a maioria das agricultoras entrevistadas, a importância desse acompanhamento se centra no fato de que seus produtos passaram a ser mais bem recebidos devido à melhora na qualidade, a exemplo da criação do novo modelo de embalagem, que só foi possível em razão da parceria firmada com o Cearah. Nesse sentido, Assis (2005) considera que as Organizações Não Governamentais (ONGs) têm um importante papel no auxílio à agricultura familiar, visto que, muitas vezes, as políticas públicas são insuficientes para contribuir de maneira específica em questões como: “melhorar a qualidade dos produtos e as formas de comercialização [...]; articular mercados; adquirir conhecimentos e capacidades em variadas áreas” (ASSIS, 2005, p. 124).

Outra questão marcante relatada durante as entrevistas foi sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) prestados pela Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (Copasat). Essa organização contribuiu com inúmeras

---

<sup>2</sup> Fundo Rotativo Solidário é um mecanismo de mobilização e valorização social da poupança comunitária que assume a forma de gestão compartilhada de recursos coletivos a partir de contribuições das famílias (ROCHA; COSTA, 2005, p. 13).

iniciativas junto às agricultoras, como capacitações e auxílio na promoção de processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização.

Uma dessas iniciativas foi a construção do biodigestor, recebido por uma das agricultoras no ano de 2015, com o objetivo de funcionar como unidade demonstrativa de tecnologia sustentável adaptável ao semiárido. Por sua vez, o equipamento trouxe benefícios às agricultoras do Grupo Mulheres em Ação, refletidos na economia com a compra do gás necessário para produzir os bolos.

Porém, atualmente, o assentamento não é mais atendido pela Copasat, o que implicou a falta de acesso ao crédito de financiamento coletivo para a aquisição de ovinos e caprinos pelos assentados, além de acarretar a ausência de acompanhamento e assessoria às agricultoras em importantes etapas produtivas. Isso é preocupante porque a ausência da ATER continuada acarreta, em certa medida, o enfraquecimento do acesso ao PAA e ao PNAE, visto que a ATER tem o papel de promover processos como os de gestão, produção, beneficiamento e comercialização, que são essenciais para que os agricultores familiares desenvolvam seus projetos com sucesso e alcancem os rendimentos previstos (COPPETTI, 2008).

Por ora, as agricultoras do assentamento Denir buscam ajuda mútua, entre si, como relata A6 (2017): “quando eu estou com dificuldades com alguma coisa vou atrás de Hernandez, que tem mais experiência que eu. Se ele não sabe, corre atrás de outras pessoas que saibam e assim a gente vai se ajudando”.

### **Produção e comercialização: o antes e depois do acesso aos programas e possibilidades**

Com o acesso aos programas PAA e PNAE, foi possível que as agricultoras do assentamento Denir aumentassem a sua produção, além de agregarem valor aos seus produtos e permanecerem incentivadas a produzir mais. Segundo A3 (2017), a falta de certeza envolvendo a comercialização tornava-se um fator negativo para suas atividades agrícolas, embora continuasse a produzir para o consumo próprio e da família. Em suas palavras:

A gente antes produzia mais para comer, para vender mesmo foi mais quando acessamos os programas. E antes quando vendíamos, era para o atravessador que vinha aqui na porta do assentamento comprar, e que cobrava os preços que queria. (A3, 2017).

É possível notar que a falta de canais de comercialização dos produtos agrícolas se apresenta como um dos fatores limitantes para agricultura familiar. A dificuldade de se inserir no mercado faz com que, em muitos casos, o agricultor familiar dependa da figura do atravessador. Segundo Guanzioli e Sabbato (2004), a necessidade em recorrer ao atravessador se dá pela existência de mercados incompletos e imperfeitos, e se aprofunda com os problemas relacionados à infraestrutura de armazenagem e escoamento, como também à falta de melhorias técnicas para se ingressar no mercado competitivo. Sem esses elementos, a produção pautada no trabalho familiar perde condições de concorrência (SOUZA, 1979). Assim, a figura do atravessador limita a capacidade da agricultura familiar de acumular e de investir na própria produção.

A2 (2017) relata que antes de acessar os programas, a dinâmica de comercialização era mais complicada e restrita, pois o comum era vender no período de safra, e se vendia mais o caju. A agricultora acrescenta que era tudo bem diferente dos dias atuais, a exemplo da venda do feijão, pois “antes só se vendia o feijão maduro, hoje com o acesso aos programas é possível vender também o feijão seco” (A2, 2017). Em síntese, os programas PAA e PNAE contribuíram para dar segurança à comercialização dos produtos fornecidos pelas agricultoras do assentamento, no sentido de elas terem a certeza de que sua produção será absorvida por um mercado garantido e por um preço justo.

Embora as agricultoras do assentamento Denir, com o acesso aos programas, tenham passado a produzir mais e a ofertar em maior quantidade os seus produtos, pode-se dizer que a variedade da produção continuou praticamente a mesma, quando comparada ao período anterior aos programas. De fato, os produtos presentes no assentamento são os mesmos desde o início da experiência e estão apresentados no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Produção das agricultoras do assentamento Denir

Grupo	Tipo
Frutos	Acerola; Caju e Castanha de Caju; Carambola; Jerimum; Laranja; Maxixe; Pimentão.
Verduras	Alface; Cebola; Cebolinha; Coentro.
Legumes	Batata; Macaxeira.
Transformados	Bolo; Tapioca; Polpa de frutas.

Leguminosas	Feijão; Milho.
Origem animal	Aves; Bovinos; Caprinos; Suínos; Ovinos; Ovos de Galinha.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A diferença está na transformação de alguns produtos para a fabricação de bolos e tapioca, além de polpas de frutas, que são produzidas individual e/ou coletivamente, em um espaço dentro do assentamento, cedido por um morador, que funciona também como a sede do Grupo Mulheres em Ação. Todos esses produtos são fornecidos aos programas, com exceção daqueles de origem animal.

Dentre as possibilidades relacionadas ao aumento da produção das agricultoras, destacou-se a capacidade de se alcançar outros mercados institucionais para além do município de Ocara. Segundo A1 (2017), a Cooaf atende demandas de outros municípios vizinhos, como Quixeramobim, Ibaretama, Baturité, Redenção e Pedra Branca do Ceará. A agricultora afirma que a cooperativa tem a intenção de criar uma filial na cidade de Fortaleza para poder atender também as chamadas dos programas na capital, já que, nas solicitações, é dada prioridade para os produtores mais próximos. Com isso, a possibilidade de aumento da comercialização dos produtos cresceria significativamente.

Contudo, isso ainda está no campo de discussão entre as próprias agricultoras, e as motivações que levam à busca por novas áreas de comercialização estão diretamente relacionadas com as dificuldades enfrentadas por elas em relação aos programas, fatos que serão tratados no tópico seguinte.

### **Dificuldades e vantagens em relação aos programas**

Diversas são as dificuldades apontadas pelo conjunto de agricultoras que acessam o PAA e o PNAE no assentamento Denir, tanto em relação ao acesso aos programas como no que se refere à produção em si. Um dos fatores mencionados pelas agricultoras diz respeito às condições impostas para que seus produtos sejam fornecidos aos programas.

Como relata A1 (2017), o fato de se organizarem em associação e cooperativa afasta muitas agricultoras do assentamento, porque algumas mulheres acreditam que terão trabalho a mais, especialmente no processo de beneficiamento dos produtos. É o caso de A4, que não acessa o PNAE porque, de acordo com ela, não consegue

acompanhar o ritmo de produção das demais agricultoras que participam do programa, devido ao esforço necessário em algumas etapas do processo produtivo.

Embora sejam importantes o incentivo da profissionalização da agricultura familiar, como também o fortalecimento do associativismo e cooperativismo agrícola, estimulado pelo PAA e pelo PNAE, em certas condições, essas medidas podem apresentar limitações para a participação do grupo nos programas. Sobre isso, a fala de A1 (2017) é ilustrativa:

Antes de acessar o PNAE, éramos 15 mulheres que participávamos do Grupo Mulheres em Ação. Quando precisou se organizar na cooperativa para fornecer mais produtos aos programas, algumas mulheres se retiraram do grupo por não quererem montar a cooperativa. Para elas seria trabalhar demais. (A1, 2017).

Ainda que os assentamentos com adensamentos residenciais em forma de agrovilas favoreçam as organizações coletivas, como afirma Leite et al. (2004), essa prerrogativa não é suficiente para a construção das cooperativas. Há, historicamente, fatores que inibem a capacidade de se doar das pessoas, em processos coletivos como o de cooperativas, tais como: a prática de criação de cooperativas para atender interesses políticos de grupos específicos; a falta de transparência na condução dos negócios; o baixo nível de informação e escolaridade de muitos sócios; e a falta de políticas agrárias claras (RIOS, 2007).

Sem dúvidas, são questões importantes, embora não tenham sido esses os fatores que desestimularam ou não despertaram a participação de um maior número de agricultoras na construção da cooperativa e, por consequência, uma atuação mais expressiva no fornecimento de produtos para o PAA e o PNAE. No caso do Assentamento Denir, parece ter sido a necessidade de um esforço adicional o maior entrave para a adesão de mais agricultoras na experiência.

A maioria de nós vai para roça junto com os maridos e os filhos durante o dia. O tempo que a gente faz os bolos e as tapiocas é de madrugada, para que chegue cedinho nas escolas. A gente vira a noite e isso assusta muita gente aqui do assentamento, e isso dificulta convencer as outras mulheres. (A3, 2017).

Outra dificuldade apontada com relação aos programas está ligada aos limites dos valores de compra estabelecidos para cada modalidade. A5 (2017) avalia que tais limites são baixos e que precisam ser revistos, para que cada família agricultora possa

fornecer mais alimentos. A agricultora reforça que esses limites estão “diminuindo a cada ano que passa”, informando que “o limite do ano de 2017 foi inferior ao do ano 2016, por exemplo” (A5, 2017).

Para A1 (2017), um dos fatores mais limitantes é o fato de o município de Ocara não dispor do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), de grande importância para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Com a ausência desse serviço, não vem sendo possível viabilizar o fornecimento de produtos de origem animal aos programas PAA e PNAE, apesar de a maioria das agricultoras entrevistadas se identificar bastante com a criação de animais.

Com relação às dificuldades apontadas referentes à produção, essas, de maneira geral, têm a ver com os fatores climáticos da região e também com a disponibilidade de água para se produzir. Com os açudes secos, devido aos períodos de estiagem, existe pouca água destinada para a produção, o que induz as agricultoras a utilizarem as cisternas, haja vista que “a água encanada também não está chegando e que isso implica diretamente na quantidade e qualidade de produtos fornecidos aos programas” (A4, 2017).

Por outro lado, uma das dificuldades superadas foi a do processo de escoamento da produção. As agricultoras se utilizaram do Fundo Rotativo Solidário para a obtenção de uma motocicleta, o que foi essencial para realizar a entrega dos seus produtos. Além disso, várias são as vantagens do acesso ao PAA e ao PNAE percebidas entre as agricultoras entrevistadas, a começar pela percepção de A2 (2017), que declarou: “estamos bastante satisfeitas, pois antes só vivíamos da bolsa família e da época da castanha de caju, os programas ajudam em muito na nossa renda” (A2, 2017).

As vantagens percebidas passam por algumas questões já levantadas neste trabalho. A alusão à renda aparece com mais frequência no discurso das agricultoras, assim como à segurança em se ter um canal de comercialização, sendo também mencionado o preço justo pelos produtos fornecidos, a possibilidade do trabalho coletivo, a contribuição para a permanência no campo, a segurança alimentar, a valorização da agricultura familiar, entre outras. O Quadro 3 a seguir dispõe de uma síntese dos relatos mais relevantes sobre a avaliação das agricultoras acerca das vantagens dos programas.

Além disso, a organização da forma como se dá o acesso e o fornecimento da produção ao PAA e ao PNAE foi avaliada positivamente pelas agricultoras entrevistadas, e o fato de existir a Central de Distribuição do PAA facilitou bastante o

escoamento dos produtos, como relatado nas entrevistas. Entretanto, algumas questões relacionadas aos programas também foram identificadas como aspectos que poderiam ser melhorados, do ponto de vista das agricultoras. A maioria das colocações tem relação com as dificuldades anteriormente levantadas, especialmente as referentes à falta de assessoria no que tange ao processo de produção e transformação.

Quadro 3: Síntese dos relatos acerca das vantagens dos programas

Agricultoras	Relatos
Agricultora A1	“[...] A prática de acessar os programas, mais o esforço de produzir em coletivo, eu poder aprender mais, quando um tem problema, o outro ajuda com a experiência dele.”
Agricultora A2	“Agora não temos tantas dificuldades, pois já estamos mais bem conhecidos no mercado, como diz o povo, já temos um transporte para realizar a entrega, e isso tudo facilita o nosso trabalho.” “Os pagamentos são tudo em dia, é bem organizado, não tenho o que dizer de ruim. Talvez só se o governo aumentasse os preços dos produtos, pois têm muitos produtos que o preço é bom, e outros os produtos são lá embaixo. Mas, ainda assim, é muito melhor que vender para o atravessador.”
Agricultora A3	“Nesse programa a gente produz mais porque a gente vende. De primeiro não, a gente não tinha pra quem vender com essa certeza. Mas, agora não. A gente produz e já sabemos pra onde vai. Os dois programas têm essa vantagem, eles recebem tudo, tudo que você tiver produzindo e se você for cadastrado eles recebem.”
Agricultora A4	“[...] Todos os meses temos um dinheiro que já dá pra investir em outra coisa, por exemplo, para guardar um legume. Esse ano fizemos 41 sacos de milho e esse milho tá todo guardado. A gente comprou tambor, pois o dinheiro do programa já deu para pagar, contratar gente pra ‘quebrar o milho’, e podemos fornecer pra criação de ovelha. E se sobrar a gente revende num preço melhor.” “Tanto eu acho bom porque é bom, pois ajuda com o dinheiro, mas também é bom por que a gente se ocupa. É aquilo que a gente tem para se preocupar, mas não como uma coisa a mais, e sim como algo que nos distrai, para não ficar só imaginando besteira, na idade que nós estamos isso é bom.”
Agricultora A5	“Primeiro que a gente não ganhava muito com a venda dos produtos, e era muito difícil viver só da bolsa escola. A venda do caju dava um dinheirinho, mas não tanto, hoje a gente trabalha mais, mas é muito melhor.”
Agricultora A6	“As vantagens é que ajuda na renda da família e também não há mais aquela necessidade de sair para se empregar fora. Eu sempre gostei de plantar e agora o sonho foi realizado, pois plantamos muito e isso ajuda a gente a ficar aqui.”

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

No que se refere aos limites de valores estabelecidos para as modalidades dos programas, surgiram sugestões por parte de algumas agricultoras. Segundo A1 (2017), seria necessário que a prefeitura garantisse a ampliação do limite do preço da produção a ser fornecida por elas.

A meu ver, são poucos os estabelecimentos beneficiários consumidores, e é uma burocracia cadastrar, por exemplo, mais escolas, porque antes precisava mais do CNPJ. Hoje, com a história da transparência, precisa de muitos mais documentos que depende não só da escola e isso dificulta o cadastro delas. (A1, 2017).

A possibilidade de aumento dos limites passa pela tomada de decisão dos órgãos gestores em detrimento da viabilidade de recursos destinados aos programas. Para Delgado, Conceição e Oliveira (2005, p. 21), “a engenharia fiscal e financeira do PAA ainda não está madura para suportar as funções originais para que o programa foi concebido no contexto da utilização dos recursos viabilizados aos programas”, o que poderia em certa medida justificar as dificuldades levantadas pelas agricultoras entrevistadas.

Com isso, Oliveira (2015, p. 117) argumenta que, por mais que esses programas apresentem em seu conteúdo estratégico a viabilização da autonomia, sobretudo financeira, da agricultura familiar, isso não se concretiza. O autor justifica que as cotas de comercialização por DAP em cada política não dão conta de todos os custos de produção, e, com efeito, não viabiliza a manutenção de uma qualidade de vida considerável aos agricultores beneficiários fornecedores. Oliveira (2015) considera que o que acontece é que essas políticas contribuem para a inserção de canais comerciais que possibilita o aumento da renda.

Ao mesmo tempo em que os programas apresentam limitações em seu conteúdo estratégico, outros processos de reafirmações são possibilitados e concretizados a partir do seu acesso, como elucidado adiante.

### **Reafirmação da produção de base ecológica**

Segundo os relatos levantados nas entrevistas, desde o início do Assentamento Denir, buscou-se produzir de forma sustentável naquela localidade. Mesmo antes de acessar os programas PAA e PNAE, já era incentivada e estimulada, nas unidades produtivas das famílias assentadas, a utilização de práticas agrícolas de base ecológica.

As principais práticas agrícolas adotadas no assentamento são a rotação de culturas, a consorciação de culturas e a diversificação da produção. A maioria dos quintais produtivos utiliza, para adubação, o esterco bovino, ovino e de aves. Algumas famílias fazem compostagens com os resíduos vegetais e animais dos próprios quintais produtivos. Há também uma estreita interação entre os sistemas de cultivo e criação.

Silva et al. (2013), ao realizarem uma investigação no assentamento, constataram que está em curso um processo de transição agroecológica, iniciado a partir de diagnósticos e metodologias participativas junto às famílias agricultoras.

Frente a isso, as contribuições que os programas trouxeram para a continuidade da adoção de práticas de base ecológica por parte das agricultoras entrevistadas passam pelo incentivo dos órgãos gestores dos programas no município, iniciado ainda durante as vistorias realizadas no assentamento, como também pela reafirmação da valorização da produção de base ecológica através da viabilização da comercialização desses produtos.

A1 (2017) acrescenta que as visitas realizadas pelos consumidores para os quais as agricultoras fornecem seus produtos também incentivam e consolidam essa produção sustentável. Para ela, essa relação de confiança que foi construída com o tempo entre agricultores e consumidores contribui diretamente para a permanência e o fortalecimento das práticas agrícolas de base ecológica (A1, 2017).

Contudo, permanecem alguns desafios nessa experiência. Na opinião de A4 (2017), por se tratar de uma região de clima semiárido e de uma área marcada pela monocultura do caju, a produção de base ecológica, de certo modo, fica comprometida devido a essas particularidades.

Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante a articulação de outras políticas públicas junto à estratégia de desenvolvimento rural desencadeada no assentamento. A esse respeito, em pesquisa conduzida por Silva (2014) sobre a contribuição das políticas públicas para as unidades produtivas do Assentamento Denir, se percebeu que o Programa Garantia-Safra é essencial para a manutenção dessas unidades, numa proposta de convivência com o semiárido.

Sem dúvidas, o acesso a outras políticas públicas pode complementar a condução de uma agricultura sustentável no meio rural. Do mesmo modo, como já afirmado neste trabalho, a ausência dos serviços de ATER tende a fragilizar as

estratégias e experiências dos agricultores familiares. No caso em questão, mesmo que as famílias tenham sido acompanhadas, por um período, pela Copasat, essa ausência é sentida pelas agricultoras, como frisou A1 (2017) durante as entrevistas.

Ademais, embora a produção das agricultoras do Assentamento Denir possa ser considerada de base ecológica, a questão envolvendo sua certificação foi pontuada também como uma dificuldade enfrentada pelas mulheres entrevistadas.

Aqui ainda não temos selos, o que há é a confiança entre nós e os secretários, diretores das escolas, e as pessoas que consomem e nós. Mas, por mais que produzimos de forma limpa, não conseguimos o selo porque ainda estamos discutindo a possibilidade, é tanto papel que a gente nem sabe o que é. (A1, 2017).

Essa discussão novamente remete-se à preocupação anteriormente levantada por Delgado, Conceição e Oliveira (2005), para quem a engenharia fiscal e financeira do PAA ainda não está madura. Para os referidos autores, por vezes, as políticas públicas podem apresentar barreiras que acabam por limitar a capacidade da agricultura familiar, que, no caso apreciado, esbarra no óbice das exigências burocráticas.

### **Outras mudanças identificadas**

Além das mudanças já apontadas, vivenciadas na realidade do Assentamento Denir a partir do acesso aos programas PAA e PNAE, segundo a avaliação das agricultoras entrevistadas neste trabalho, a contribuição mais relevante diz respeito ao fortalecimento da organização do grupo de mulheres do assentamento.

Percebe-se, na prática, a influência dos programas no estímulo ao associativismo agrícola e ao protagonismo da mulher presente no Assentamento Denir. A consequência disso é o empoderamento das mulheres envolvidas na experiência, através do aumento de sua participação na renda familiar, no processo de tomadas de decisões referentes à produção, como também na construção da sua autonomia e cidadania. Nessa perspectiva, A1 (2017) sintetiza:

Geralmente, era mais eu pra tudo. Mas, depois da criação do grupo, as mulheres passaram a participar mais, elas se interessam mais com a comunidade, tomando a frente de tudo também. Com o aumento da renda, elas começaram a ter outra visão, pois antes elas ficavam esperando só pelos maridos. Mas, hoje são mais independentes e isso mudou a cabeça dessas nove famílias. [...] A participação nas reuniões do assentamento antes dependia da autorização dos maridos e agora em qualquer convite não há mais essa dependência. E a compra da

moto foi um passo bem importante, pois mostrou que a gente também pode decidir. (A1, 2017).

Conforme discutido em Butto et al. (2011, p. 166), a questão da renda é o elemento central para a mudança de vida das mulheres, tendo em vista que ainda há divisão do trabalho por gênero, sobretudo no campo, onde os serviços executados pelas mulheres tendem a ser menos valorizados, uma vez que os produtos considerados “comerciáveis” ou “de renda”, historicamente, são concebidos pelo trabalho masculino.

Os autores também ressaltam que a condução do PAA, em especial, a da modalidade de Doação Simultânea, e a condução do PNAE favorecem a participação das mulheres devido a sua grande diversificação e abrangência em relação aos produtos que podem ser fornecidos. Geralmente, por consequência da divisão do trabalho por gênero, é de responsabilidade das mulheres a produção de itens voltados para o autoconsumo e também daqueles que passam por algum processo de transformação (BUTTO et al., 2011, p. 167).

A Conab (2016) expõe que as mulheres vêm ocupando destaque no acesso ao PAA e observa que sua participação se dá em torno de 57% na região Nordeste, sendo isso resultado da Resolução nº 44 do Grupo Gestor do PAA, implantada em agosto de 2011, que determina a presença de pelo menos 40% de mulheres no total de fornecedores em algumas modalidades.

Essa é uma decisão importante, pois, como já afirmado e confirmado neste estudo, uma quantidade significativa dos produtos fornecidos ao PAA é oriunda da atividade feminina, e essa relação tem que estar proporcionalmente representada na quantidade total de fornecedores do programa, para não acarretar a invisibilidade do trabalho das mulheres agricultoras.

### **Considerações finais**

Os programas PAA e PNAE se apresentam como importantes instrumentos de intervenção do Estado no processo de produção e comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar. A implantação dessas políticas públicas no município de Ocara, mais especificamente no Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir), vem possibilitando uma maior estabilidade nas atividades agrícolas locais, garantindo ocupação e renda a partir de suas unidades de produção agropecuária

(UPAs), ocasionando melhorias na condição de vida das famílias agricultoras e incentivando a permanência e a inclusão social no campo.

As famílias do assentamento que ingressaram nos programas tiveram o acompanhamento de instituições que contribuíram efetivamente para que seus produtos fossem fornecidos. Nesse sentido, merece destaque a presença do Cearah, com o Projeto A Força das Mulheres, que ajudou na capacitação para a transformação e o beneficiamento dos produtos, e com o fornecimento dos materiais que foram utilizados durante esse processo. Somado a isso, ressalta-se a proposta de criação do Fundo Rotativo Solidário, além da assessoria da Copasat que, através da assistência técnica prestada, promoveu o aumento no desempenho produtivo das famílias.

Uma das questões levantadas neste artigo, e que vem dificultando um melhor desempenho por parte das famílias, revela-se na impossibilidade de fornecer alimentos de origem animal, pelo fato de o município não dispor do SIM. Tal situação se torna um entrave porque a maioria das famílias lidam com a criação animal em suas UPAs e acreditam ter potencial para incluírem seus produtos nos programas.

Os limites de valores para compra estabelecidos pelos programas se configuram como o maior obstáculo para as famílias quanto ao acesso aos mesmos, já que, para elas, as quantias definidas são insuficientes. Algumas das outras dificuldades levantadas se referem ao esforço realizado para o fornecimento dos produtos, o que vem inibindo a participação de outras famílias do assentamento na dinâmica de comercialização; à objeção para que essas famílias ampliem o leque de possibilidades proporcionado pelos programas, como uma maior presença de entidades beneficiárias consumidoras; e à burocracia existente para o acréscimo no valor dos produtos de base ecológica.

Por outro lado, o acesso aos programas vem garantindo uma maior certeza na comercialização dos produtos, e isso acaba incentivando o aumento da produção por parte das famílias assentadas, o que garante um acréscimo na renda e possibilita o investimento em suas próprias UPAs. Além disso, também estimula-se a organização formal das famílias em associações e cooperativas, bem como a formação continuada de grupos de produção, como discutido neste trabalho.

O estudo demonstra ainda, na dinâmica de comercialização, o potencial das famílias, que passaram a buscar mais mercados para fornecerem seus produtos, em detrimento dos limites estabelecidos pelos programas, o que pode ser avaliado como um ponto positivo, já que elas tendem a sempre procurar novas estratégias para sua reprodução socioeconômica.

A pesquisa também aborda o papel de reafirmação que o acesso aos programas proporciona na produção agrícola de base ecológica realizada pelas famílias. Embora antes de acessar o PAA e o PNAE essas famílias já produzissem de forma considerada sustentável, essas políticas vieram para contribuir para o escoamento dos produtos oriundos desse processo produtivo, criando, assim, uma rede de confiança entre as famílias agricultoras e os consumidores, o que incentiva ainda mais a agricultura de base ecológica na localidade.

Além dessas situações, foi possível constatar que a contribuição proporcionada pelo acesso ao PAA e ao PNAE influenciou no cotidiano e na dinâmica familiar das mulheres do assentamento, que, em certa medida, se tornaram também protagonistas das atividades produtivas realizadas no Denir, o que vem garantindo autonomia para as agricultoras e o reconhecimento de seus trabalhos.

Dessa forma, a aquisição dos produtos da agricultura familiar local pelos mercados institucionais torna-se uma importante estratégia para o dinamismo da produção agrícola do assentamento, possibilitando às famílias agricultoras envolvidas, uma melhoria nas suas condições de vida e o aumento do bem-estar social.

### **Referências bibliográficas**

ASSIS, T. R. P. *Agricultura Familiar e Gestão Social: ONGs, Poder Público e Participação na Construção do Desenvolvimento Rural*. Lavras: UFLA, 2005.145 p.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, 2003. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm) > Acesso em: 17 nov. 2017.

BUTTO, A. et al. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.192 p.

CONAB. *Mulheres representam metade dos fornecedores do Programa de Aquisição de alimentos*. Economia e Emprego – Governo do Brasil, 2016. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-representam-metade-dos-fornecedores-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>> Acesso em: 20 nov. 2017.

CONAB. *O PAA como Fortalecedor do Cooperativismo e o Associativismo no Brasil*. Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar – Gecaf/Supaf/Dipai, 2008. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/Ola>

laCMS/uploads/arquivos/16\_06\_20\_16\_25\_46\_o\_paa\_como\_fortalecedor\_do\_cooperativismo\_e\_o\_associativismo\_no\_brasil.pdf> Acesso em 12 nov. 2017.

COPPETTI, L. D. *Fatores que Dificultam o Acesso dos Agricultores Familiares às Políticas de Créditos Rural: O Caso do Pronaf-Crédito no Município de Alegria – RS*, 2008.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. *Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Brasília, 2005.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar*. 2.ed. atual. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)*. 2. ed. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUAZIROLI, C. E.; SABBATO, A. Di. Existe na Agricultura Brasileira um Setor que Corresponde ao “Family Farming” Americano?. *Revista da Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, supl. 1, 2014.

LEITE, S. et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: NEAD, 2004.

MDA. *Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/>> Acesso em: 12 nov. 2017.

MDA. *Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MDA/SAF. *Modalidades do PAA*. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

OLIVEIRA, L. G. *Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) da Agricultura Familiar: Estudo de Caso na Microrregião de Ubá-MG*. São Carlos: UFSCar, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OCARA. *Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente*. 2017. Disponível em: <<http://www.ocara.ce.gov.br/secretaria.php?sec=1>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

RIOS, G. S. L. *O que é Cooperativismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense SA, 2007.

ROCHA, J. C.; COSTA J. W. S. Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semiárido. *Agriculturas*, v. 2, n. 3, p. 13, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, J. G. et al. Desenvolvimento da agricultura familiar pautado na transição agroecológica: o caso do assentamento Denir/Ocara-CE. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], v. 8, n. 2, dec. 2013. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/14142>>. Acesso em: 19 nov.2017.

SILVA, J. G. S. *Contribuições do Programa Garantia-Safra para a reprodução de unidades produtivas familiares assentadas*. Fortaleza: UFC, 2014.

SOUZA, J. G. *O Nordeste Brasileiro: Uma Experiência de Desenvolvimento Regional*, Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979.